

## AUTONOMIA CURRICULAR DOCENTE: UM CONCEITO POTENTE PARA PENSAR A POLÍTICA CURRICULAR NO IFSC

### Divisão Temática

DT 1 – Cultura, educação e comunicação da ciência

**Autora: Isabel Cristina HENTZ<sup>1</sup>**

### Resumo:

Por sua especificidade institucional, os Institutos Federais são lugares privilegiados para a atuação docente na produção de políticas curriculares. Atualmente, o IFSC passa por um momento importante de (re)discussão de suas políticas em decorrência da publicação das Diretrizes Curriculares para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de autonomia curricular docente para pensar a sua potencialidade nesse momento da instituição. O texto consiste em uma discussão teórica ligada ao campo dos estudos curriculares e inspirada nos resultados do doutorado da autora, com vistas a provocar a reflexão e o debate sobre a atuação docente na produção de políticas curriculares no IFSC. O trabalho apresenta o conceito de autonomia curricular docente, vinculando-o com a dimensão intelectual do trabalho docente, além de discutir seus limites. Por fim, é abordado como esse conceito pode contribuir para (re)pensar a atuação docente frente ao currículo como um espaço de luta e de autoria.

**Palavras-chave:** autonomia curricular docente; política curricular; Instituto Federal.

### Introdução

Todo/a docente é sujeito de autonomia. A autonomia não é condição dada aos professores e professoras, mas faz parte do próprio exercício da docência no movimento de tradução do currículo no contexto da prática (Arroyo, 2013). No entanto, existem contextos e realidades em que há maior restrição ou que proporcionam mais espaços de autonomia, em que docentes podem exercê-la com menor ou maior liberdade. O debate sobre autonomia curricular docente realizado neste texto é relativo ao contexto dos Institutos Federais (IFs), em especial no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), e à especificidade da dinâmica da política curricular nessas instituições, na qual docentes ocupam um importante papel.

Os IFs “possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”, podendo criar e extinguir cursos dentro de seus limites territoriais e de seus campos de atuação que abrangem a educação básica, profissional e superior (Brasil, 2008). Pela sua natureza, os

<sup>1</sup> Professora EBTT do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Jaraguá do Sul – Centro, isabel.hentz@ifsc.edu.br.

Institutos Federais, no processo de criação de seus cursos também elaboram suas próprias políticas curriculares.

No âmbito da produção dos textos das políticas curriculares, os professores e as professoras dessas instituições desempenham um papel fundamental, que se capilariza em uma microescala, na esfera dos câmpus e até mesmo dos cursos. Não há uma autonomia completa dos docentes e das instituições, uma vez que precisam atender a orientações e normativas superiores, porém, dada a especificidade dos IFs, existe um importante espaço de atuação docente na elaboração das políticas curriculares das instituições, dos *campi*, dos cursos e das unidades curriculares. Nesse sentido, é possível considerar que os Institutos Federais são lugares privilegiados para a atuação docente na produção de políticas curriculares.

Recentemente o IFSC publicou as Diretrizes Curriculares para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (IFSC, 2025) que tem por objetivo estabelecer uma base comum em termos de concepções pedagógicas, teóricas e políticas, além de diretrizes comuns para a organização curricular dos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) da instituição. O IFSC passa, portanto, por um momento privilegiado de (re)discussão de suas políticas curriculares. O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de autonomia curricular docente para pensar a sua potencialidade nesse momento de implementação das Diretrizes Curriculares na instituição.

### **Fundamentação teórica**

Para evidenciar a atuação docente nas políticas curriculares dos Institutos Federais, dialogo com a abordagem do ciclo de políticas<sup>2</sup>, que tem por objetivo analisar a trajetória das políticas, concebendo-as como um ciclo. Por moverem-se em um ciclo, as políticas, nessa concepção, não têm início e fim definidos, mas contextos interrelacionados e interdependentes, dos quais os principais são o contexto de influência, o de produção de texto e o da prática.

Nessa perspectiva, o poder de definir o que é currículo não é unilinear e não possui um centro definido; pelo contrário, é difuso e reposicionado em cada um dos contextos e na interrelação entre eles, possibilitando perceber “os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local” (Mainardes, 2006, p. 49).

<sup>2</sup> Sobre a abordagem do ciclo de políticas, ver: Mainardes, 2006; Lopes; Macedo, 2011.

Neste trabalho, privilegio o contexto de produção de texto por considerar que nele se pode perceber, na particularidade dos IFs, um espaço de autonomia docente na produção dos textos das políticas curriculares nessas instituições, na forma de micropolíticas de esfera local.

Também dialogo com a abordagem da resistência no campo dos estudos curriculares. Essa abordagem atribui um papel central aos professores e às professoras nas relações curriculares, destacando a atividade docente como trabalho intelectual que deve ser marcado pela criatividade e, principalmente, pela autonomia:

Encarar os professores como intelectuais também fornece uma vigorosa crítica teórica das ideologias tecnocráticas e instrumentais [...] que separa[m] a conceitualização, planejamento e organização curricular dos processos de implementação e execução. É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. (Giroux, 1997, p. 161)

Nesse sentido, a abordagem da resistência contribui para pensar a atuação docente na política curricular nos IFs, ao compreender os professores e as professoras como profissionais reflexivos (Giroux, 1997) e como sujeitos de autonomia curricular que podem construir, a partir de sua atuação como intelectuais e como profissionais do conhecimento (Arroyo, 2013), espaços de possibilidades para sua autoria.

### **Procedimentos metodológicos**

Este trabalho consiste em uma discussão teórica ligada ao campo dos estudos curriculares, inspirada nos resultados do meu doutorado (Hentz, 2024), com vistas a provocar a reflexão e o debate sobre a atuação docente na produção de políticas curriculares no processo de implementação das Diretrizes Curriculares do IFSC.

### **Resultados e discussões**

A autonomia curricular docente tem forte relação com a dimensão intelectual do trabalho docente. Para Giroux (1997), “a categoria de intelectual é útil [...] porque] oferece uma base teórica para examinar-se a atividade docente como forma [de] trabalho intelectual, em contraste com sua definição em termos puramente instrumentais ou técnicos” (Giroux, 1997, p. 161). É justamente na oposição a uma racionalidade instrumental da educação, que ignora “a inteligência, julgamento e experiência” (Giroux,

1997, p. 157) de professores e professoras e se torna uma ameaça de “proletarização do trabalho docente” (Giroux, 1997, p. 158) que o conceito de professores/as como intelectuais é defendido pelo autor, pois encarar esses sujeitos como intelectuais contribui para que “assumam todo o seu potencial como estudiosos e profissionais ativos e reflexivos” (Giroux, 1997, p. 162).

Na especificidade dos Institutos Federais, a dimensão intelectual do trabalho docente passa também pela participação na elaboração dos textos das políticas curriculares, em especial no âmbito dos câmpus no processo de (re)elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). No entanto, diferente da tradução do currículo no contexto da prática, essa não é uma atuação contínua, ocorre em momentos pontuais na dinâmica curricular institucional, como o momento atual do IFSC.

Porém, a autonomia curricular docente nunca é completa, é sempre parcial e relativa; por isso envolve luta e resistência (Giroux, 1997; Arroyo 2013). Resistência à proletarização do trabalho docente e a estratégias de controle que buscam reduzir espaços de atuação curricular docente. Para Arroyo, “resistir a toda forma de anular a capacidade de autoria profissional é um direito a ser mantido e disputado” (Arroyo, 2013, p. 52). Assim, no contexto atual do IFSC, é imprescindível que a instituição proporcione condições para um trabalho qualificado na implementação das Diretrizes Curriculares, sob o risco de tornar esse momento apenas uma etapa burocrática, ao invés de um importante espaço de discussão e autonomia curricular efetiva<sup>3</sup>.

A autonomia docente é complexa e envolve diferentes aspectos do trabalho desses sujeitos. Tomar a autonomia curricular docente como categoria teórica implica dar ênfase à escola e à sala de aula como espaço de produção do currículo como vida, uma produção que é local, contextual, pois parte da vivência de sujeitos. Esses sujeitos, dos quais destaco os/as docentes, imprimem sua autoria no currículo, marcada pela sua formação, pela sua experiência e pela criatividade. Essa autoria é profundamente atravessada pela preocupação com os/as estudantes, com profissionalismo, ética e responsabilidade formativa, em um trabalho que é tanto intelectual quanto político.

### Considerações finais

Tomar o conceito de autonomia curricular docente no contexto de implementação das Diretrizes Curriculares no IFSC é um convite a considerar esse momento não apenas

<sup>3</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre as nuances da autonomia curricular docente nos IFs pode ser encontrada em Hentz (2024).

como uma etapa curricular burocrática institucional. É perceber a possibilidade de elaboração do currículo no âmbito dos câmpus como um espaço de potencialidades para uma construção curricular local, contextualizada, mais significativa para cada realidade, com maior diálogo com as demandas dos/as estudantes e das comunidades.

É também um convite a (re)pensar a própria atuação docente frente ao currículo, reivindicando seu papel como intelectuais que podem e devem estar imersos nas decisões curriculares em diferentes âmbitos. Além disso, passa por uma dimensão de luta contra a proletarização da profissão docente, demandando espaços institucionais para que o trabalho de repensar os cursos possa ser feito de forma qualificada, coletiva, democrática, com tempos e espaços garantidos na jornada de trabalho. Por fim, é um convite a repensar a relação que estabelecemos com o texto curricular, tomando o espaço de produção do currículo não só da prática, que é inerente à nossa profissão, mas também assumindo-nos como autores e autoras das políticas curriculares na instituição.

## Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HENTZ, Isabel Cristina. **Autonomia e autoria docente: sentidos de conhecimento nas políticas curriculares para a disciplina de História nos Institutos Federais em Santa Catarina**. 2024. 285 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFSC nº 142, de 27 de março de 2025**. Aprova as Diretrizes Curriculares para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC, 2025.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 248-282.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**. V. 27, nº 94, p. 47-69, Jan./Abr. 2006.